

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 21 – 2015

MEMÓRIA E DOCUMENTOS**INTRODUÇÃO À *ESCOLA DO TRABALHO, ESCOLA NACIONALIZADORA* DE DEODATO DE MORAIS**Maria Ciavatta ¹

A memória é fruto das continuidades e discontinuidades que vamos reconhecendo em nossa história, enquanto pessoas e enquanto povos. A memória recolhida sobre a *escola do trabalho* permite compreender a atualidade do tema, particularmente em relação aos seus destinatários principais, os mais pobres, os abandonados, os filhos de trabalhadores, eles também pequenos trabalhadores como os que encontramos em nossas ruas de hoje.

Nesta introdução ao documento original, primeiro nos detemos sobre a concepção da *escola do trabalho* e depois sobre seu sentido de *escola nacionalizadora*.

O termo e a ideia *escola do trabalho* toma forma no Brasil em um quadro de transformações e de profunda crise do modelo econômico da República Velha² da incorporação de novas preocupações ao jogo político do modelo de desenvolvimento indústria, forjado no Brasil em torno dos anos 1930. Ele tem por base as mudanças que se processam na sociabilidade capitalista e seu

¹ A primeira parte desta introdução ao documento *Escola do Trabalho, Escola Nacionalizadora* tem por base Ciavatta, Maria. Aula Pública sobre “A Escola do Trabalho – Entre Discursos e Imagens”, do Concurso para Professor Titular de Trabalho e Educação, realizada na Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, Campus do Gragoatá, Bloco D, dias 7 e 8 de março de 1993.

² Carone, Edgar. *A República Velha*. I (1889-1960). 4ª. ed. Rio de Janeiro: Difel, 1978.

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 21 – 2015

profundo impacto no conteúdo do trabalho, na divisão do trabalho e em sua relação com os processos educacionais.

O início do século XX é marcado por uma crise generalizada de meios materiais, morais e culturais de sobrevivência, de lutas dos trabalhadores pela regulamentação laboral, e por acirradas disputas entre as elites políticas, como hoje, depois de mais de sete décadas de escrito e publicado o texto de Deodato de Moraes, em 1943.

Embora fôssemos um país distante do núcleo do taylorismo implantado nas empresas dos países industrializados, no início do século, do fordismo e das linhas de montagem em expansão, na incipiente indústria brasileira anunciavam-se o avanço das ciências e das tecnologias e sua influência na transformação dos processos produtivos. Éramos uma sociedade marcada pela cultura escravocrata, sacudida nos grandes centros pelas greves operárias contra a realidade ameaçadora do desemprego, do abandono e do crescimento do número de trabalhadores sem garantias nas relações de trabalho.

Estes eram problemas crônicos que atingiam dramaticamente as populações de baixa renda. Obrigavam-se crianças e adolescentes ao trabalho precoce, privando-os cada vez mais da possível frequência à escola e da aprendizagem mínima da leitura e escrita, como paliativo de uma situação de desamparo. É neste contexto que, desde o final do século XIX, por vontade do Imperador D. Pedro II e pela beneficência de alguns notáveis, criaram-se, no Rio de Janeiro, os institutos profissionais, destinados a órfãos e crianças desamparadas, tais como, a Casa de São José (1888), depois, Instituto Ferreira Viana (1916); o Instituto Profissional Masculino (1898), depois, Instituto João Alfredo (1910); o Instituto Profissional Feminino (1897), depois, Instituto Profissional Feminino Orsina da Fonseca (1912).

O padrão dessas escolas até as primeiras décadas do século XX, era oferecer o Ensino Primário (atual 1º. ao 4º. ano do Ensino Fundamental) e

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 21 – 2015

trabalhos manuais ou formação profissional, foi, então, criado, em Niterói, no bairro operário do Barreto, o Instituto Profissional “Washington Luiz” (1923), depois “e (1931) e, posteriormente, Escola Profissional Henrique Lage (1941), em homenagem ao industrial Henrique Lage.

O título do documento aqui apresentado, *Escola do trabalho, escola nacionalizadora*, escrito e publicado em 1943, em pleno governo Vargas, no período do Estado Novo (1937-1945), expressa o modelo da educação primária destinada à população pobre, emoldurado pelo ideário nacionalista cultivado durante o primeiro governo Vargas. (1930-1945).

A *escola do trabalho* tem origem no contexto da Revolução Industrial e toma forma em duas vertentes: na sociedade socialista após a Revolução de 1917, e na sociedade liberal burguesa, suas fontes de inspiração são os socialistas utópicos, o marxismo, os primeiros educadores socialistas russos, e sua vertente liberal que deu origem ao movimento da Escola Nova.

A vertente socialista da *escola do trabalho* tomou forma nas três primeiras décadas da Revolução Russa vitoriosa em 1917. Entre seus precursores, destacam-se os socialistas utópicos: Charles Fourier (1772-1837), que tinha a "falange" como unidade social básica do "mundo regenerado" que a educação ajudaria a construir; Claude Henri Saint-Simon (1760-1825), defensor do "industrialismo" e dos "industriais", que via a educação como base da vida social e a formação profissional como o tipo de instrução adequada às camadas populares; Robert Owen (1771-1858), pensador, industrial e homem prático, que exercitou suas ideias humanistas e filantrópicas na sociedade e na educação.

A *escola do trabalho* teve por base a pedagogia socialista alemã e se desenvolveu no sentido da "escola unificada" ou "escola única do trabalho" cuja concepção sempre foi polêmica. Mesmo entre os educadores que

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 21 – 2015

organizavam a nova educação do mundo comunista diversas tendências se delinearam.³

Em linhas gerais, a *escola do trabalho*, assim concebida, tem algumas características comuns com as experiências dos países capitalistas, no sentido de defender a escola como comunidade de trabalho e, principalmente, a introdução da atividade produtiva e a ideia da "escola-produção". Mas, como escola que se propõe a educar para uma "sociedade sem classes" e para a formação do "homem novo", guarda características próprias, a saber: tem por base maior intervenção do Estado na educação; tendência igualitária na forma do acesso de toda criança independente de riqueza, classe social ou ocupação dos pais; educação primária e secundária como dois momentos de um processo único e continuado, além da ideia de comunidade escolar, "conselhos" de alunos, de pais e de mestres no sentido de colaboração social.⁴

São seus principais representantes: Pistrak (1888-1940) que fez parte do grupo de educadores soviéticos, que criou a proposta pedagógica revolucionária conhecida como *escola do trabalho*, ao lado de N. Krupskaja (1869-1939) esposa de Lenin; Lunacharsky, Ministro da Educação no primeiro governo bolchevista; e, mais tarde, Makarenko (1888-1939).

Em síntese, a *escola do trabalho*, que se implantou dentro da pedagogia marxista, colocava o problema da Educação Politécnica que, de um lado, assumia o encargo de formar para determinadas tarefas profissionais, face à racionalidade da indústria e de seus quadros altamente qualificados e, também, do trabalho manual, de preparar operários executores das diversas funções simples. De outra parte, a politecnicia não seria um sistema especial de ensino, mas devia alimentar todas as disciplinas e refletir-se na seleção dos materiais, na física e na química, nas ciências naturais e nas ciências sociais.

³ LILGE, Frederic. Lénin e a política da educação. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, 13 (2): 3-22, jul./dez. 1988.

⁴ SCHULGUIN, Viktor. *Rumo ao politecnicismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 21 – 2015

A história viria mostrar que, gradualmente, a liberdade conseguida pela Revolução e construída, com os limites da ideologia do *homem novo*, seria transferida ao Estado. Isto porque o interesse maior era a preservação da Revolução.

⁵Na América Latina, ambas as vertentes, a capitalista e a socialista, serviram de base à criação de "Escolas do Trabalho".

Na vertente liberal, paralelamente ao desenvolvimento da Escola Ativa, depois da I Guerra Mundial, tomou forma a *escola do trabalho*. Nos anos 1920 e 1930 teriam chegado ao Brasil alguns escritos sobre a *escola do trabalho* de inspiração socialista e da Escola Ativa. Mas as ideias socialistas não parecem ter criado raízes. Prevaleceram as ideias da Escola Ativa que tomaram forma no movimento da Escola Nova que incorporou correntes europeias e norte-americanas e teve seus mais expressivos defensores nos Pioneiros da Educação, nos anos 1920 e 1930.

A escola brasileira, para atender ao desafio de "regenerar" a nação, necessitava, do ponto de vista dos intelectuais da época, de uma transformação radical nos objetivos, conteúdos e na função social. Aos poucos é difundida a ideia de que a educação formaria o homem brasileiro se o transformasse num elemento de produção, necessário à vida econômica do país. Criticava-se o ensino livresco como inadequado à prosperidade nacional que requeria, então, um ensino técnico-profissional, capaz de formar a mão-de-obra nacional e fazer, da civilização brasileira, uma civilização moderna, progressista e, portanto, eminentemente "prática".

Na organização das atividades educativas e na transformação de outras escolas criadas antes dos anos 1930, assim como na literatura educacional da época, toma forma um modelo de *escola do trabalho* que, tendencialmente, não corresponde à formação do "homem novo" socialista e marxista e, sim,

⁵ PISTRÁK. *Fundamentos da escola do trabalho*. São Paulo, Brasiliense, 1981.

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 21 – 2015

correspondia ao modelo taylorista que atendia às necessidades de preparação técnica da mão-de-obra para o desenvolvimento da indústria.

Todos os seus inspiradores eram adeptos de uma modernização da escola, centrada na introdução de inovações tecnológicas e/ou num crescente psicologismo individualista que, na época, se configurava como a melhor e mais eficiente alternativa à escola tradicional, identificada como o ensino humanístico e literário, superficial e flutuante, separado da nossa realidade, que era a educação dos filhos das elites.

Para esses renovadores, o progresso das ciências biológicas e psicológicas e o avanço científico tecnológico, aliados às novas formas políticas e de vida em sociedade e aos intensos debates sobre a economia, a política e a cultura que se sucederam à Primeira Guerra Mundial, determinaram uma nova mentalidade educacional.

Para os renovadores, a escola tradicional era incapaz de atender à demanda de funções e às exigências do país, e a remodelação da escola se configurava como tarefa urgente e inadiável. E em seu lugar propunham uma Escola Nova, diferente da que existia, como defendia o Manifesto dos Pioneiros, de 1932.

Naquele momento, os segmentos empresariais que necessitavam de mão-de-obra preparada para as novas ocupações e os setores técnicos do Governo já desenvolviam experiências de "formação profissional" de trabalhadores a exemplo das experiências de ensino profissional ligadas às estradas de ferro, que viriam, posteriormente dar forma ao subsistema de educação técnica. Tomaria forma uma *escola do trabalho* que substituiria, gradativamente, o assistencialismo, o trabalho artesanal e semi-industrial pelo "preparo técnico".

A segunda ideia presente no texto é a da *escola nacionalizadora*. A questão do nacionalismo, apresentado como uma qualidade da *escola do*

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 21 – 2015

trabalho coloca-nos diante de duas questões: o conceito de nação e o significado do nacionalismo no período Vargas.

Um dos autores de referência para esta breve reflexão é o historiador Hobsbawn⁶. O “nacionalismo” é um projeto político, relativamente recente em termos históricos, que define como “nações” Estados territoriais que se tornaram padrão desde a Revolução Francesa (1789). “Na prática, o projeto geralmente significa exercer o controle soberano sobre uma faixa territorial, tão contínua quanto possível, com fronteiras claramente definidas” (p. 272-3), que se espera habitada por uma população homogênea étnica e linguisticamente.

O historiador Hobsbawn⁷ também escreve sobre o apogeu do nacionalismo no período entre as duas grandes guerras da Europa (1918-1950). O nacionalismo teria triunfado com a desagregação dos grandes impérios multinacionais da Europa central e oriental e a Revolução Russa vitoriosa (1917). Diante da “questão nacional” bolchevique, a Europa optou pelo “idealismo wilsoniano” a favor do desenvolvimento democrático e econômico, do liberal Woodrow Wilson que impulsionou inspirou a Liga das Nações, precursora da Organização das Nações Unidas. Foi o período da nação “burguesa”, onde a nação é concebida como uma “economia nacional”.

Para Hobsbawn (op.cit.), as economias capitalistas já estavam caminhando para os empreendimentos privados, a competitividade do livre comércio, os grandes conglomerados “guiados pelos governos”, gerenciados pelos Estados. Esse processo se fez acompanhar de grandes barreiras de controles cambiais, limitando o comércio e os pagamentos internacionais. Era a economia dos “Estados-nação” e seus impérios associados (p. 160-161).

Outra questão do princípio wilsoniano era “fazer as fronteiras do Estado coincidirem com as fronteiras de nacionalidade e da língua”, o que nem sempre

⁶ Hobsbawn, Eric J. Etnia e nacionalismo na Europa de hoje. In: Balakrishnan, Gopal (org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 271-282.

⁷ Hobsbawn, Eric J. O apogeu do nacionalismo: 1918-1950. In: _____ *Nações e nacionalismo desde 1780. Programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p.159-190.

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 21 – 2015

se confirmou, dadas a real distribuição dos povos, etnias e multinacionalidades linguísticas. Outro aspecto importante é a comunicação de massa: imprensa, rádio e cinema, através dos quais “as ideologias populistas podiam ser tanto padronizadas, homogeneizadas e transformadas, quanto, obviamente, podiam ser exploradas com propósitos deliberados de propaganda por Estados ou interesses privados” (ibid.p.161 e 170).

Em oposição ao internacionalismo militante, de inspiração bolchevique, o fascismo e outros movimentos direitistas mobilizam os extratos médios com a propaganda nacionalista. Na aproximação entre “nação” e “classe”, o nacionalismo ganha adeptos como dimensão cívico-nacional ou ética, além de, simbolicamente, alimentar as ideologias emancipadoras de autodeterminação dos povos que se insurgiram contra o colonialismo europeu.

Octavio Ianni⁸ examina a questão nacional a partir das formas históricas das sociedades e da perspectiva das classes sociais, considerando suas diversidades culturais, étnicas e regionais. Examina a revolução burguesa nos países latino-americanos, quando a burguesia se torna a classe social nacional, a classe dominante, aquela que forma a nação segundo sua imagem. “Ao realizar a revolução burguesa – lenta, parcial, abrupta ou larga, sempre pelo alto, de cima para baixo – ela confere à nação uma fisionomia na qual o povo se vê relegado” (p. 9).

O autor examina a separação entre o poder do Estado e setores da sociedade civil, grupos e classes sociais que compõem o povo, que se torna população, massa, turba, multidão. Sua análise, embora ampliada para a América Latina, aplica-se ao Brasil. A burguesia nacional de base agrária, combina seus interesses com o comércio e os bancos; depois com capitais aplicados à indústria, aos negócios com a burguesia estrangeira, em busca de capitais mais substantivos e tecnologias avançadas. Isto confere à nação sua

⁸ IANNI, Octavio. *Classe e nação*. Petrópolis: Vozes, 1986.

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 21 – 2015

fisionomia liberal no discurso; autoritária em suas relações com os trabalhadores e a população em geral (p.9-10).

Ianni (op. cit.) considera a polaridade sociedade civil e Estado como aspectos fundamentais para a compreensão da questão nacional, mas destaca outros aspectos: as classes sociais, a terra e as diversidades regionais, a cultura como a ciência e a arte, a escola e o teatro, a *intelligentzia* profissional, a imprensa, todas as manifestações culturais impregnadas dos princípios e das aspirações da sociedade burguesa. Mas também destaca que na dialética da história, são fenômenos contraditórios, de forma que os meios de desenvolvimento e domínio da burguesia, também são apropriados para o avanço do proletariado, estimulam as lutas operárias pela sua emancipação (p. 130-132).

As exigências da produção da mercadoria e da mais-valia molda a sociedade do trabalho, suas bases materiais e espirituais. As próprias classes sociais “são atravessadas por diversidades raciais, culturais, linguísticas, religiosas, regionais e outras”. Moldam-se, assim, as esferas da cultura e da língua como um dos seus elementos fundamentais. “À medida que se desenvolve a nação, a sociedade, o Estado nacional, impõe-se uma língua como a oficial” (p. 127). Mas os trabalhadores não se constituem de imediato em povo enquanto uma coletividade de cidadãos. Uma das razões é a manipulação das diferenças de classes, étnicas, políticas e culturais pelas classes dominantes, “segundo as condições jurídico-políticas expressas pelo Estado”. Para ser cidadão pleno, a serviço do Estado nacional, “pode ser indispensável ser alfabetizado” (p. 130-131).

O documento *Escola do trabalho, escola nacionalizadora*, DE Deodato de Moraes, transcrito abaixo, contém, em nuances reiteradas, todos esses elementos da questão nacional, em uma linguagem altamente ideologizada sobre a educação destinada aos trabalhadores. A escola das elites e seus

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 21 – 2015

objetivos humanísticos, de cultura letrada, é uma lacuna no discurso sobre a *Escola do trabalho*. É como se não existisse todo um sistema paralelo de educação primária e secundária que não prepara os filhos das elites para o trabalho, mas para a vida das ciências, das letras e das artes.

Logo de início exalta o trabalho humano sob o apelo do pensamento religioso. O trabalho “espiritualiza a matéria e materializa o espírito” e produz a civilização, através da “atividade do cérebro dirigindo as mãos; das mãos firmando o progresso”. Ao trabalho se acrescenta o princípio da solidariedade cristã. “A desordem latente entre o capital e o trabalho tem suas raízes no desrespeito à pessoa humana, na falta de cristianização do trabalho”, na mecanização que torna a homem mercadoria das forças econômicas (p. 98).

O texto divide-se em seis seções. A primeira, “O trabalho é uma luz de redenção”, questiona a divinização da máquina que é criação do cérebro do trabalhador e, por isso, deve estar a serviço do homem no trabalho produtivo. Recorre a Emmanuel Mounier (1905-1950), filósofo francês, cristão, que teve grande influência na criação da democracia cristã com base no valor da pessoa humana. Três de suas ideias são citadas: o trabalho é uma obrigação; o trabalho é uma atividade pessoal e não uma mercadoria; o trabalho é um direito da pessoa, que deve ser assegurado pela sociedade.

O segundo tópico trata do “trabalho sob o aspecto constitucional brasileiro”, que o considera um valor social. No contexto do Estado Novo, no capítulo da Carta Magna de 1937, sobre o Ordem Econômica, são exaltados a intervenção do Estado como forma de controle e de estímulo à iniciativa individual, a liberdade de escolha de profissão e de gênero de trabalho, indústria ou comércio.

Pelo terceiro tópico “O trabalho, ideal superior de comunhão dos povos” se realiza através das “atividades práticas, num regime de reajustamento econômico, de predisposição manual e de amor ao trabalho, devendo, assim,

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 21 – 2015

dar feição nova aos métodos e processos educativos”. Para o Presidente Getúlio Vargas, a feição trabalhista é imposta pela estrutura constitucional do Estado nacional. A seguir, explicita, o que é lacunar ao longo de todo o texto, a educação de classe que não é a educação para o trabalho: “a cultura intelectual, sem objetivo claro e definido deve ser considerada, entretanto, luxo acessível a poucos indivíduos e de escasso proveito para a coletividade” (p.100).

A quarta questão é “O trabalho como sistema pedagógico completo” retoma o caráter ideologizado da *escola do trabalho* para todo o povo: “A escola brasileira nacionalizadora – pública ou particular, primária, secundária ou superior – adaptando-se às necessidades do Estado nacional, tem de se tornar um elemento vivo de construtividade nacional”. Para tanto, a escola deve exercitar as mãos e o cérebro, pelo aprender fazendo. Pelo trabalho manual, acentuam-se as aptidões econômicas e a preparação técnica. Pelos princípios do Estado Nacional, a Escola Brasileira Nacionalizadora “tornou-se a *Escola do Trabalho*, da iniciativa e da fortaleza moral”. O desenvolvimento profissional não deve “se apartar da virtude pedagógica cristã que recomenda a aquisição de hábitos de bem pensar, de bem sentir e bem agir” (p. 100).

A quinta e penúltima seção, “O trabalho manual na escola primária” destina-se a apresentar a diversidade de atividades das ciências, das letras e das artes, que darão forma prática à física, à química, à aritmética, à geometria, à agronomia, à higiene, à história, à geografia, ao desenho, à modelagem, nos laboratórios, nas oficinas, nos museus, nas bibliotecas, nos aquários, na economia doméstica (varrer, lavar, cozinhar etc.), nos jardins, hortas, pomares, campos, à beira-mar, em suas épocas, terras, tipos de plantas etc. A diversidade de atividades e de objetivos tem as características da Escola Ativa, de inspiração europeia (entre outros, Adolphe Ferrière, 1879-1960 e Édouard Claparède 1873-1940) e a Escola Progressiva, de inspiração

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 21 – 2015

americana (com John Dewey 1869-1952), elaborada no Brasil como Escola Nova, a partir dos anos 1920, com os reformadores educacionais nos estados (Lourenço Filho, no Ceará; Fernando de Azevedo, no Distrito Federal. Anísio Teixeira, na Bahia; Carneiro Leão, em Pernambuco; Sampaio Dória, em São Paulo; José Augusto, no Rio Grande do Norte; Lisímaco da Costa, no Paraná). O apogeu o movimento renovador toma forma no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932, assinado por 23 educadores e intelectuais, os renovadores liberais pela reconstrução educacional no Brasil.⁹

A sexta e última seção, “O trabalho manual nas escolas do Distrito Federal” trata da preparação para o trabalho assumindo o ensino pre-profissional na escola primária, como “verdadeiro sistema pedagógico do Estado Nacional”, com base na Carta Magna de 1937: “a escola primária deve iniciar novas gerações na prática do trabalho técnico e artístico, de acordo com as solicitações econômicas de cada região”. Era o “ensino pre-vocacional” nas quartas e quintas séries, que tinha entre suas finalidades “acentuar nos trabalhos manuais o seu sentido prático e utilitário”, orientar os alunos sobre as profissões e as atividades econômicas, revelar as aptidões individuais. A mão forte do Estado se faz presente na metáfora de “quando faltar o ouro para a liga, a vocação será substituída pela boa vontade, e os sacrifícios de alguns será a salvação do todo”. Tratava-se de “cunhar as moedas de que necessitam a nossa indústria, o nosso comércio e a nossa agricultura” (p. 102).

A ideia da *Escola do trabalho* para a *Escola nacionalizadora* passa das reformas liberais dos anos 1920 e o Manifesto de 1932¹⁰ para a Constituição de 1937, onde manifesta-se o contexto do documento de 1943, aqui apresentado. O governo Vargas, caminha de 1935 em diante, com a culminância no Golpe

⁹ Para maiores detalhes, ver Romanelli, Otaíza de O. *História da Educação no Brasil* (1930-1973). Petrópolis: Vozes, 1978.

¹⁰ O Manifesto define o papel do Estado pela oferta de educação pública como direito de todos e responsabilidade do Estado, obrigação da família e do Estado, coeducação, laicidade, em confronto com a Igreja Católica.

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 21 – 2015

do Estado Novo em 1937, assumindo a característica de um governo centralizado, autoritário, nacionalista, trabalhista, que leva o país do desenvolvimento industrial para a criação da infraestrutura para industrialização, incluindo a formação de mão-de-obra.

A Constituição de 1937 reflete a pressão dos setores privados quanto ao papel do Estado, limitando-o a uma ação de suplência: “Art. 129. “À infância e à juventude, à qual faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais”.

A seguir, define “O ensino pré-vocacional e profissional *destinado às classes menos favorecidas* é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. (...) E, no mesmo artigo, prescreve: “E dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de associados”. (...) (Art. 129, grifo nosso).

Reitera-se, assim, quase trinta anos depois, o Decreto N. 7.566 de 22 de setembro de 1909, do Presidente Nilo Peçanha que cria as Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito, para “não só habilitar os *filhos dos desfavorecidos da fortuna* com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo (...) (Caput, grifo nosso).

Mantém-se a tradição da sociedade com a estrutura dual de classes, herdada do escravismo. Consoante com os novos tempos do período Vargas, o país atualiza-se para as necessidades da incipiente sociedade capitalista e a onda de nacionalismos e autoritarismos (bolchevique, nazista e fascista) que varria as nações europeias ainda em guerra, no início dos anos 1940. As

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 21 – 2015

classes médias e altas da população garantiam para seus filhos a educação nas ciências, nas humanidades e nas artes, nos ensinos secundário e superior, em instituições públicas e privadas.

Como até hoje, na segunda década do século XXI, os empresários vão pautar a educação pré-vocacional, profissional e técnica, para suprir as necessidades das empresas. Através das leis orgânicas em que a educação foi organizada, consolidam-se as duas redes de ensino: o Ensino Secundário (hoje, Ensino Médio) e o Ensino Profissional e Técnico. Em 1942, cria-se o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e aprova-se a Lei Orgânica do Ensino Industrial que vão estruturar a formação dos filhos dos trabalhadores. No mesmo ano, aprova-se o Decreto que dispõe sobre a organização do Ensino Secundário “para formar nos adolescentes uma sólida cultura geral”.¹¹

O Documento “Escola do Trabalho, escola nacionalizadora” de Deodato de Moraes¹²

A civilização é o produto do trabalho humano. Trabalho é a espiritualização da matéria ou a materialização do espírito, graças a um sistema multiforme de atividades integrais e harmônicas: atividade do cérebro dirigindo as mãos: das mãos, firmando o progresso. Quanto mais se aperfeiçoa o trabalho, tanto mais a civilização apresenta características definidas e ordenadas. Trabalhar é dar corpo ao pensamento, forma concreta às imagens

¹¹ Respectivamente, Decreto n. 4.048 de 22/01/1942; Decreto n. 4.073 de 30/01/1942; Decreto n. 4.244 de 09/04/1942 (Romanelli, op. cit., p. 153-169 e 266)

¹² Moraes, Deodato de. Do Instituto Brasileiro de Cultura. Técnico de Educação. Chefe do 10º Distrito Educacional da Prefeitura do Distrito Federal. *Cultura Política*. Revista Mensal de Estudos Brasileiros, Rio de Janeiro, ano III, n. 24, fevereiro de 1943, p. 98-103.

Trabalho *necessário*

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 21 – 2015

e aos sonhos, objetivações às ideias. O trabalho é filho legítimo da ansiedade do espírito em se exprimir no milagre da palavra e das mãos. Na expressão viva da voz e da mecânica humana, materializam-se os deuses, no desejo supremo das realizações artísticas e das concepções estéticas. Na poesia, como na música, em Terpsícore como em Minerva ou Hércules, em Dante como em Praxíteles, Pitágoras ou Canova, o trabalho é a encarnação do sublime que ilustra ou emociona, a revelação dos mistérios de Deus. A civilização do trabalho compreende, por este modo, um espírito superior que nobilita os esforços das mãos e as atividades manuais que, na recíproca, espiritualizam o cérebro.

“Se trabalhando o homem materializa-se, é preciso que, trabalhando também o homem se espiritualize. Cada uma dessas ações de trabalho, material e espiritual, há de ser exercida pelo homem, não uma em detrimento da outra, porém, ambas, em mútua colaboração, na mais completa reciprocidade possível”.

O princípio da solidariedade cristã, que orienta e dirige a civilização humana, é que deve firmar as normas do trabalho social. Só ele pode fazer compreender a condição moral do auxílio desinteressado e a dignidade de trabalhar sem avidez ou sem menosprezo, com a lúcida consciência da liberdade de agir e cooperar pelo engrandecimento social e humano.

O trabalho não é um castigo nem uma desonra. Só o é para os que alienam o seu valor de colaboradores sociais e trabalham bestializados sob o império da máquina. A mercantilização, sem inteligência e sem ideal, é que torna o homem mercadoria das forças econômicas.

A desordem latente entre o capital e o trabalho tem as suas raízes no desrespeito à pessoa humana, na falta de cristalização do trabalho, queremos dizer, não exploração do esforço pelo pensamento egoísta e insaciável, e na desmoralização dos infelizes desajustados sociais.

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 21 – 2015

A utopia dos que exploram as energias humanas na sofreguidão dos lucros exagerados só encontra paralelo na absurda doutrina extremista que promete o “novo paraíso social” irrealizável, e encara o problema do trabalho humano unicamente sob o aspecto material e econômico. Nas dores do parto do “Reino Final” de Max, a ressurreição não ultrapassou a profecia gorada de Trotsky em palavras quiliásticas como estas: “Deixemos os padres de todas as religiões contar-nos o que quiserem sobre o paraíso no mundo do além: quanto a nós, proclamamos que trazemos à raça humana um verdadeiro paraíso neste mundo. Este grande ideal não podemos seriamente perdê-lo de vista um minuto sequer. É o escopo mais alto a que a humanidade jamais aspirou e nele se concentra es e integra tudo o que os antigos credos tinham de mais belo e de mais nobre”.

“Se a fé religiosa prometera transportar montanhas, afirma Trotsky, a técnica por sua vez transportará e removerá verdadeiramente essas montanhas. O homem, então, tratará de modificar o agrupamento dos montes e dos rios e de corrigir a natureza, até tê-la transformando de acordo com o seu modelo, ou ao menos conforme seu gosto”.

O trabalho é uma luz de redenção

Mal orientado, o problema do trabalho abre um abismo na humanidade, dividindo os homens em dois grupos irreconciliáveis que se odeiam e hostilizam. Desaparecido o senso cristão da dignidade pessoal e da solidariedade, o trabalho provoca um mundo falso de ambições, competições, maldades e desassossegos.

Foge a qualquer concepção inteligente o fato de se alimentar a ilusão de o trabalho máquina ser superior ao trabalho humano.

Se a máquina é criação do homem, como a coisa criada poder ser superior ao criador?

Trabalho *necessário*

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 21 – 2015

Não é, pois, divinizando a máquina e desumanizando o homem que solucionaremos os problemas. Nem divinizar a máquina, nem desprezá-la. Como criação do cérebro do trabalhador, ela deve ocupar lugar de valor no trabalho produtivo, deve estar sempre a serviço do homem, mas jamais absorvê-lo a ponto de se tornar o coração da civilização, degradando o espírito.

“Ganharás o teu pão com o suor do teu rosto” não é uma maldição que deprime a condição do homem no esforço de viver, mas uma luz de redenção, pelas virtudes que o Cristo enobreceu no “amai-vos uns aos outros”.

A noção cristã do trabalho é uma noção de atividade criadora permanente e de integração dos valores específicos sociais: um ato de condição moral elevada e de vida harmônica progressiva que leva o homem a dignificar os seus esforços, a produzir, não somente para o conforto material, mas para a reabilitação moral e a beleza espiritual dos outros homens.

Já disse um grande pensador patricio: “O cristão concentra no esforço do trabalho todas as suas grandes virtudes para uma realidade acima de todas as realidades imediatas da vida social – a realidade do bem comum”.

O trabalho é, assim, um meio de aperfeiçoamento espiritual da consciência social, um cooperador eficaz de aproximação dos povos, de produção e trocas, e não um fim prático de locupletarão egoísta, de exclusivo benefício pessoal.

O primado do trabalho, ao serviço do bem comum, deve obedecer àquelas três leis, tão bem defendidas por Emmanoel Mournier em seu Manifesto ao Serviço do Personalismo:

1ª – “O trabalho é uma obrigação universal”. Quem não trabalha, podendo trabalhar, não come. Não são excluídas dessa lei, salvo / vocação especial a determinar, senão os fisicamente incapazes de todas as categorias;

2ª – “O trabalho não é uma mercadoria”, mas uma atividade pessoal;

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 21 – 2015

3ª – “O direito ao trabalho é um direito inalienável da pessoa”. A propriedade mais elementar deve ser a propriedade do ofício. A sociedade tem o dever de assegurar a quem quer que seja e em todas as conjunturas”.

O trabalho sob o aspecto constitucional brasileiro

Bem fez o Estado Nacional quando, ao legislar sobre o trabalho, inspirado nos princípios do cristianismo, disse em seu art.136:

“O trabalho é um dever social. O trabalho intelectual, técnico e manual tem direito a proteção e solicitude especiais do Estado. A todos é garantido o direito de subsistir mediante o seu trabalho honesto e este, como meio de subsistência do indivíduo, constituem um bem, que é dever do Estado proteger, assegurando-lhe condições favoráveis e meios de defesa”.

O trabalho, sob o aspecto constitucional brasileiro, é, assim, um dever e um direito. Direito de subsistência e dever de condicionar os esforços com honestidade. Esse dever e esse direito, resultantes da capacidade de criação, organização e invenção dos brasileiros, protegidos pelo próprio Estado, garantem a riqueza e a prosperidade nacionais.

Realmente, ao cuidar da “Ordem Econômica”, diz a Carta Magna de 10 de novembro de 1937, em seu art. 135:

“Na iniciativa individual, no poder de criação, de organização e de invenção do indivíduo, exercido nos limites do bem público, fundam-se a riqueza e a prosperidade nacionais. A intervenção do Estado no domínio econômico só se legitima para suprir as deficiências da iniciativa individual e coordenar os fatores da produção, de maneira a evitar ou resolver os seus conflitos e introduzir no jogo das competições individuais o pensamento dos interesses da Nação, representados pelo Estado.

A intervenção no domínio econômico poderá ser mediata e imediata, revestindo a forma do controle, do estímulo ou da gestão direta”.

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 21 – 2015

Melhor ainda, o art. 122, garantindo, aos brasileiros e estrangeiros residentes no país, o direito à liberdade, à segurança individual e à propriedade, diz no seu n.8 que a Constituição assegura:

“à liberdade de escolha de profissão ou do gênero de trabalho, indústria ou comércio, observadas as condições de capacidade e as restrições impostas pelo bem público, nos termos da lei”.

O trabalho, ideal superior de comunhão dos povos

Na dignidade dos seus meios e dos seus fins, na beleza espiritual da cooperação, elevação e purificação humana, é que o trabalho encontra o ideal superior de comunhão dos povos. O indivíduo deixa de se apresentar, pois, na época atual, como uma energia isolada, simplesmente animal e egoísta, para se tornar parte integrante de uma organização humana cristã, anel de uma corrente de interesses comuns interpenetrados e interajustados.

As atividades práticas, num regime de reajustamento econômico, de predisposição manual e de amor ao trabalho, devem, assim, dar feição nova aos métodos e processos educativos. O Estado Nacional, ao localizar as necessidades brasileiras, impõe, ao país, pela própria estrutura constitucional, uma feição trabalhista. “O trabalho, já disse o Presidente Getúlio Vargas, é o único instrumento capaz de conduzir-nos à grandeza a que aspiramos”.

“Não tenho, como é de moda, continua S. Excia. desdém pela cultura ou menosprezo pela instrução. Acredito que o homem conquista, progressivamente, a Natureza pelo trabalho e pela ciência, e, graças a esse processo de apropriação, consegue melhorar o corpo e o espírito, elevando a condição humana e tornando a existência mais digna. No período de evolução em que nos encontramos, a cultura intelectual sem objetivo claro e definido deve ser considerada, entretanto, luxo acessível a poucos indivíduos e de escasso proveito para a coletividade”.

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 21 – 2015

O trabalho como sistema pedagógico completo

A escola brasileira nacionalizadora – pública ou particular, primária, secundária ou superior – adaptando-se às realidades decorrentes do Estado Nacional, tem de se tornar um elemento vivo de construtividade nacional. E não há construtividade sem trabalho. O trabalho é iniciativa e virilidade ao mesmo tempo. Na escola ele deve constituir sistema pedagógico de cultura racional completa, exercitando ao mesmo tempo as mãos e o cérebro, a capacidade de produzir e satisfazer as próprias necessidades e o desenvolvimento harmônico de todas as faculdades.

Focalizada a difusão das artes e das indústrias e conseqüente preparação do operário inteligente e capaz, a escola afasta de si tudo quanto é inútil e ilusório e adota a fórmula do aprender fazendo, como ideal educativo. Nunca o problema de ensinar a educar o povo de modo a assegurar-lhe meios honestos de vida e de independência foi tão necessário nem mais difundido que nestes últimos anos. O trabalho manual é o meio de acentuar as aptidões econômicas dos escolares e de dar a cada um a preparação técnica precisa para ocupar o posto que na sociedade corresponde ao seu valor próprio. A escola brasileira nacionalizadora, adaptando-se às necessidades decorrentes da época e respeitando os princípios fundamentais do Estado nacional, tornou-se a *escola do trabalho*, da iniciativa e da fortaleza moral.

Ela não só adentra a mão do futuro operário, como lhe educa o cérebro e fortalece o corpo. Os seus novos métodos e processos de atividades produtivas, ao mesmo tempo que se adaptam melhor às tendências espontâneas da criança, contribuem para democratizar a educação pública e ainda mais para aumentar seu valor como preparação às atividades industriais e agrícolas.

O trabalho na escola brasileira constitui um verdadeiro sistema pedagógico, de cultura geral e integral, exercitando a atenção, a percepção, o

Trabalho *necessário*

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 21 – 2015

raciocínio, o juízo, provocando o desenvolvimento harmônico de todas as faculdades.

A aplicação dos trabalhos manuais, sob o critério adotado, embora dê à escola primária esse caráter substancial de aproximação da vida, não se profissionalizará, contudo, a ponto de ser esquecido o lado fundamental da inteligência e de se perder o senso da cultura. Incorreríamos num erro de desastrosas consequências se deixássemos, sob o império do manualismo, cair o nível educativo que tantos esforços nos tem custado manter. Já Omer Buyse, em seus Métodos Americanos de Educação, afirmava: “A educação é concebida para formar caracteres, homens completos, seguros de si mesmos, conscientes da sua força, preparados para a vida independente”.

O valor especial dos trabalhos manuais nas escolas primárias está justamente no fato de, embora cuidando do desenvolvimento profissional, não se apartar da virtude pedagógica cristã que recomenda a aquisição de hábitos de bem pensar, bem sentir e bem agir.

A função hodierna da escola brasileira não deverá ser, apenas, trabalho e indivíduo, mas cooperação, solidariedade e pátria.

“Reformas políticas, empreendimentos industriais, tarefas educacionais, não teriam sentido se não se processassem em função de um ideal superior. E esse ideal é o de realizar a unidade moral e a unidade econômica da nacionalidade, consolidando e crescendo o seu poder defensivo”. (Getúlio Vargas).

O trabalho manual na escola primária

A orientação educativa do trabalho manual prede-se todos os problemas da escola primária: das ciências, das letras e das artes.

A física como a química; a aritmética como a geometria; a agronomia como a higiene; a história como a geografia; o desenho como a modelagem e o

Trabalho *necessário*

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 21 – 2015

eslói-de, tudo está tão intimamente ligado ao problema manual que separá-los será desnaturar o ensino, afastar a escola da vida, torná-la amorfa e ineficiente.

Nos laboratórios os próprios discípulos constroem aparelhos, fazem experiências, observam, comparam, descobrem, deduzem e aplicam leis. Nas oficinas, manejam, montam e desmontam máquinas, preparam e fabricam ferramentas, medem, pesam, trocam e avaliam. Nos museus, colecionam, classificam, rotulam, catalogam. Nas bibliotecas, consultam, anotam e deduzem. Nos aquários, observam, estudam, descobrem. Nas aulas de economia doméstica, varrem, lavam, engomam, cozinham, remendam, cerzem, costuram. Nos jardins, plantam, tratam, colhem, preparam, vendem o compram.

Os traçados dos canteiros são problemas, mas de aritmética e geometria; as cores das folhas e das flores são motivos para a combinação de tons, soa plano de desenhos, de riscos e de gráficos.

O estudo das épocas em que se semeia, a necessidade das culturas alternadas para não esgotar os terrenos, os diversos tipos de plantas, as que pedem sol e as que se dão melhor à sombra, trazem à criança não só hábitos de previdência e de meditação, como também conhecimentos de geografia, tais como de orientação, do andamento do sol, das horas, das estações, da chuva, do rocío, dos ventos, dos climas, etc.

Na modelação do barro, no recorte e desdobramento do papel, capeando livros, fazendo embrulhos, cortando roupas para bonecas, encapando mesas e carteiras e enfeitando moringas, armários e mais objetos escolares, dá o professor noções práticas de quadriláteros e polígonos, tangentes, cordas e áreas, além de noções de higiene e economia doméstica.

Ao fazer um barco de madeira que a criança tencione lançar no lago da escola, surge o problema dos corpos flutuantes, dos transportes, dos usos e costumes dos povos, dos descobrimentos marítimos, enfim.

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 21 – 2015

Preparando a sopa escolar, distribuindo o copo de leite ou a merenda, na oportunidade excelente para as questões de botânica, de química, de economia, e, sobretudo, de higiene e de moral.

O ensino das diversas ciências surge, como se vê, naturalmente, vivo, atraente, palpitante, a propósito de qualquer objeto fabricado, de qualquer ação que se pratique.

Todas as lições dadas diante do objeto e, conseqüentemente, fora da classe, nas oficinas, nos museus, nos laboratórios, nos jardins, nas hortas, nos pomares, nos campos, à beira-mar, em toda a parte, enfim, onde o discípulo possa fazer as suas observações e tenha alguma coisa a aprender.

A escola do trabalho é, assim, a escola brasileira nacionalizadora que nos convém.

O trabalho manual nas escolas do Distrito Federal

A Secretaria Geral de Educação e Cultura, cumprirão o disposto do artigo I.310 da Constituição Brasileira, e considerando que, como instituições básica da educação nacional, a escola primária deve iniciar as novas gerações na prática do trabalho técnico e artístico, de acordo com as solicitações econômicas e sociais de cada região, e que o ensino pré-vocacional completa a ação formativa da escola primária pela utilização do trabalho, já como instrumento educativo, já como meio de ajustamento da infância e da juventude à vida econômica e profissional do Brasil, em particular do Distrito Federal, resolveu dar às atividades educativas da quarta e quinta séries das escolas primárias uma orientação pré-vocacional. Essa orientação deverá ter as seguintes finalidades:

- a) – Aperfeiçoar e consolidar os conhecimentos fundamentais da educação primária;
- b) – Acentuar, nos trabalhos manuais, o seu sentido prático e utilitário;

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 21 – 2015

- c) – Informar os alunos a respeito das profissões e atividades econômicas do Distrito Federal e do Brasil;
- d) – Orientá-los na escolha de um ramo de atividade para a qual tenham revelado aptidão especial;
- e) – Encaminhá-los para as escolas profissionais da Prefeitura, quando manifestarem pendor pronunciado para o trabalho técnico.

Para a realização dessas finalidades o ensino das quartas e quintas séries será constituído de:

- a) – Estudo das matérias do curso primário, principalmente português, matemática, desenho, geografia e história do Brasil, conhecimento das matérias primas;
- b) – Trabalhos de oficina em metal, madeira, barro, fios e tecidos, costura, palha, couro, papel etc.; as meninas aprenderão ainda noções de economia doméstica e puericultura; na zona rural haverá também prática agrícola e de criação de animais e, na zona praiana, iniciação nas artes da pesca;
- c) – Aulas de orientação educacional e profissional;
- d) – Atividades extraclasse, dando-se relevo especial ao cooperativismo, aos centros de trabalho e aos clubes agrícolas, além da instituição do hábito de economizar.

O ensino profissional na escola primária é, pois, um verdadeiro sistema pedagógico do Estado Nacional. E logo que as crianças, desde os seus primeiros passos escolares, tenham aprendido a dignificar o trabalho pela habilidade das mãos, naturalmente as escolas industriais encontrarão maior procura e abrirão horizontes mais amplos para satisfazer as necessidades técnicas e solucionar os problemas econômicos do país.

O trabalho manual escolástico, como fator de nacionalização positiva do brasileiro, deve ser considerado, por isso, uma projeção profissional em

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 21 – 2015

miniatura, favorecendo o desabrochar das aptidões indispensáveis à habilitação para as artes e ofícios, de acordo com as exigências do meio.

Seguindo o roteiro traçado, a escola não será, e certo, uma oficina clássica de aquisição técnica especial, mas o tipo ideal da escola brasileira nacionalizada, que prepara e predispõe as vocações e faz do cérebro o guia esclarecido da prosperidade pessoal, e das mãos os músculos do pensamento construtor.

Assim, pois, como a cultura unilateral da inteligência desviaria o homem das carreiras práticas de atividade grupal eficientes, a exclusividade do manualismo, ou a orientação simplesmente mecânica dos trabalhos manuais, reduziria a criatura humana a instrumento grosseiro da riqueza pública.

Além de respeitar as tendências e vocações é necessário, ainda, não nos limitarmos a repetir noções e práticas estranhas às necessidades do ambiente. Em última análise, são o meio e o tempo os dois fatores reais que pautam as normas de um ensino proveitoso.

Quando o país reclama forças vivas de progresso e de riqueza num dado setor e não possuímos, porém, o “outro para a liga”, a vocação será substituída pela boa vontade, e o sacrifícios de alguns será a salvação do todo. É com a prata de casa que devemos cunhar as moedas de que necessitam a nossa indústria, o nosso comércio e a nossa agricultura.

A prosperidade pessoal e do meio, com a clarividência das iniciativas úteis, só advém por um racionamento sistemático das capacidades, mas quando a matéria prima falta, ao Governo cabe dispor de seus cidadãos como melhor lhe convém.

Já em 1524 se afirmava que o ensino não devia ser negócio privado, entregue ao bem prazer de cada particular, mas um negócio público do Estado.

E assim é no Estado Nacional Brasileiro.